

## Panorama Legislativo - Congresso Nacional - MARÇO/2012

03 de abril de 2012

*Soraia Cardoso \**

*Contribuições: Tathiana Sales*

No terceiro mês do ano, foram apresentadas 329 proposições<sup>[1]</sup> na Câmara dos Deputados e 88 no Senado Federal, totalizando 417 nas duas Casas. No que concerne aos temas dessas matérias, foi preponderante a quantidade relacionada ao setor de Bebidas, Defesa do Consumidor, Energia Elétrica e Fontes Alternativas de Energia, Meio Ambiente, Impostos & Política Econômica, Telecomunicações e Relações Trabalhistas.

Após adiamentos em momento posterior ao Carnaval, no início de março, foram definidas as composições e as presidências das comissões da Câmara dos Deputados, o que intensificou o ritmo de trabalho no Congresso Nacional, onde ocorreram deliberações importantes. Como forma de abrigar o PSD, foi aprovado o PRC 115/2012 (Resolução nº 0012/2012), que aumentou de 61 para 66 o limite máximo de membros efetivos das comissões. No entanto, o partido ficou sem nenhum cargo de comando. Vale citar, ainda, a mudança ocorrida na liderança do Governo nas duas Casas. Na Câmara dos Deputados, o cargo passou a ser exercido pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP) em substituição a Cândido Vaccarezza (PT/SP). No Senado Federal, por sua vez, o senador Eduardo Braga (PMDB/AM) ocupou a função que pertencia a Romero Jucá (PMDB/RR).

Também é importante registrar a saída dos senadores do PR da base aliada no Senado Federal, que passaram a compor a oposição. A decisão ocorreu após encerramento das negociações com o Planalto para indicação de nome para o Ministério dos Transportes. Na Câmara dos Deputados, a postura adotada pelos parlamentares do partido foi de manter os cargos que possuem na estrutura federal, sem deixar de impor dificuldades ao governo.

Vale destacar, ainda, que o Supremo Tribunal Federal decidiu, no início do mês, que a criação de comissão mista para apreciação de Medidas Provisórias, exigida desde 2001, deverá ser cumprida pelo Congresso Nacional. A determinação é válida para todas as MPV's editadas após a decisão. Quanto ao assunto, já foi instalada a primeira comissão mista pós-decisão do STF para analisar a Medida Provisória (MPV) 562/2012, que prevê ações e políticas para a educação básica. Contudo, o assunto é deveras polêmico e tem movimentado o Congresso Nacional.

Quanto às discussões e deliberações, no Senado Federal, três Medidas Provisórias foram aprovadas: a MPV 545/2011, na forma do PLV 0003/2012, que, depois de sancionada parcialmente pela Presidente da República, deu origem à Lei nº 12.599/2012, alterando a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na cadeia produtiva do café, instituindo o Programa "Cinema perto de você" e promovendo alterações sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e o Fundo da Marinha Mercante (FMM); a MPV 547/2012, na forma do PLV 0004/2012, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC) e institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); e a MPV 550/2011, na forma de PLV 0006/2012, que trata sobre as operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores - sendo as duas últimas remetidas à sanção presidencial. Além disso, a MPV 546/2011, que dispunha sobre a prestação de auxílio financeiro

<sup>[1]</sup>Foram consideradas como proposições: Projeto de Lei (PL e PLS), Projeto de Lei Complementar (PLP), Proposta de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Decreto Legislativo (PDC e PDS) e Projetos de Resolução (PRC e PRS).

pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de fomentar as exportações do País, na forma do PLV 0001/2012, foi sancionada parcialmente pela Presidente transformando-se na Lei nº 12.597/2012.

Já na Câmara dos Deputados, o Substitutivo do Senado Federal ao “Novo Código Florestal” (PL 1876/1999 - PLC 0030/2011) ainda está pendente de apreciação na Casa. Os líderes partidários chegaram a um consenso e decidiram votar a Lei Geral da Copa (PL 2330/11) ainda em março e adiar a deliberação do Novo Código Florestal para o mês de abril. Diante disso, foi aprovado pelos deputados o PL 2330/2011 (“Lei Geral da Copa”). Após muito debate, o texto apresentado pelo deputado Vicente Candido (PT/SP) foi mantido, suspendendo, assim, as normas do Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003) relativas à venda de bebidas nos estádios e deixando aos estados a decisão sobre tal liberação. Em virtude da aprovação, o projeto seguiu para apreciação no Senado Federal.

No tocante à situação da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), havia 03 dos 05 cargos de diretores vagos. Essa vacância ocorreu em virtude de a recondução do Diretor-Geral Bernardo Figueiredo ter sido barrada pelo Senado Federal no início do mês e, da retirada das Mensagens (MSG’s 0063/2012 e 0064/2012) pela Presidente Dilma Rousseff, que diziam respeito à recondução e indicação, respectivamente, de Mario Rodrigues Junior e Hederverton Andrade Santos para ocuparem os cargos de Diretores da ANTT. De modo a sanar esse cenário, a Diretoria Colegiada da ANTT foi redefinida por meio de decreto da Presidente da República, que nomeou integrantes interinos. Contudo, posteriormente, ela deverá encaminhar novas Mensagens de indicação para apreciação do Senado Federal.

Por fim, outro ponto que gerou grande repercussão no Congresso Nacional foi o suposto envolvimento do senador Demóstenes Torres (DEM/GO) com o empresário Carlos Augusto Ramos (“Carlinhos Cachoeira”), acusado de chefiar a exploração ilegal de jogos. Mediante as denúncias de que o parlamentar utilizava seu prestígio para intermediar os interesses do contraventor, o senador pediu afastamento da liderança do Democratas no Senado Federal. Demóstenes, no entanto, não foi o único surpreendido pela Polícia Federal em conversas com Carlinhos Cachoeira, os deputados Carlos Leréia (PSDB/GO), Sandes Junior (PP/GO), Stepan Nercessian (PPS/RJ), Jovair Arantes (PTB/GO) e Rubens Otoni (PT/GO) também aparecem nas gravações feitas pela Polícia Federal.

**Soraia Cardoso** cursa Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB). Trabalha na área de Relações Governamentais desde 2011.